

INCLUSÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE: A EXPERIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA

Izabel de Lourdes Gimenez Souza¹
Márcia Ferreira Marques Plugliese²

1

2

Resumo:

O artigo, representado pelo eixo “Formação de educadores para práticas pedagógicas inclusivas”, apresenta o resultado parcial da experiência de inclusão escolar de alunos com deficiência (s), da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Andradina-SP, que apesar dos desafios, vem dando certo. Tem como objetivo discutir saberes, pelo viés de relatos, que permeiam a formação contínua dos professores do AEE e experiências vivenciadas nos espaços escolares. A metodologia apresenta uma abordagem qualitativa, através da pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando para a coleta de dados vários instrumentos; desde a pesquisa teórica à intervenção em salas de Atendimento Educacional Especializado e em outros espaços escolares. Os resultados, incipientes, apontam para desafios a serem superados, porém, para experiências de sucesso a partir de mudanças significativa. Faz-se necessário, oferecer por meio da formação contínua, novas práticas mediadas pela legislação e terias sócio-educacionais inclusivas, e da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que garantam discussões, aqui trazidas.

Palavras-chave: Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Formação de professores do AEE e Atendimento Educacional Especializado

1 - Introdução

A Educação acompanha a história da humanidade e vem passando a cada período por grandes mudanças que requerem um novo perfil de homem e de profissional. Entende-se que um professor quando bem formado, tanto a nível inicial ou contínuo, seja, cada vez mais, capaz de atender satisfatoriamente a demanda social contemporânea.

Um grande marco internacional ocorreu para a educação na década de 90: a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação, em Jomtien – Tailândia. “[...] todas as pessoas, crianças, jovens e adultos devem se beneficiar de oportunidades na esfera da educação,

¹ Professora do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS. E-mail: izabel.gi.souza@gmail.com

² Secretaria Municipal de Educação de Andradina-SP. E-mail: marciafmpugliese@hotmail.com

tendo em vista satisfazer as suas necessidades básicas de aprendizagem” (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

Conforme, Souza (2007), a Declaração de Salamanca (1994), como um dos resultados da referida Conferência, enfatizou que era preciso repensar as Políticas Públicas de formação do professor para atender a todos os alunos, inclusive os com deficiência, declarados como alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista combater atitudes discriminatórias, garantindo que todas as escolas comuns oferecessem o ingresso e a melhor qualidade de ensino para todos os alunos, independente e incondicionalmente, atendendo, mediante possibilidades únicas de aprendizagem (SOUZA,2007)

Analisando alguns percursos históricos referentes à formação de professores, no Brasil, é possível contar com as contribuições de Pimenta (2002), que explica que, as lutas e buscas pela inovação dos cursos de Formação Inicial e Continuada / Contínua de Professores começaram nos anos de 1960.

Perante marcos, acima, é possível compreender um outro tempo marcado e delimitado para a Educação Inclusiva em especial para a Inclusão escolar, ou seja, uma escola para “todos”.No Brasil, a Inclusão Escolar, vem sendo repensada à luz da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) que traz em seu bojo marcos legais e normativos e contempla um aporte teórico, elucidado pelos pensamentos e idéias de estudiosos que têm se debruçado sobre os temas que se possam sustentar as argumentações aqui trazidas, a título de Mantoan, Figueiredo, Manzini e outros.

Segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2007), a luta pela legalidade da Inclusão Escolar já se arrasta por mais de um século:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP,2007).

A Declaração dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas, em 1948, já declarava que a educação é um direito básico de todas as pessoas. De

acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu o art. 3º, inciso IV, a educação deve ocorrer sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação. Os artigos 205, 206, inciso I e 208, inciso V, declaram que “igualdade de condições de acesso e permanência na escola de acordo com a capacidade de cada um”. O artigo 208, também enfatiza que “as pessoas com deficiência, devem preferencialmente estudar na rede regular de ensino”. Um outro marco legal é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 1089/90) que, em seu Art. 54, inciso II, declara que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o AEE às pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

Documentos mais recentes, também merecem atenção especial: LDBEN, Lei nº 9394/96 , Parecer CNE/CEB nº 13/2009; DECRETO No - 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 e Resolução CNE/CEB nº 4, de outubro de 2009. Todos tratam de questões pertinentes à inclusão escolar e ao AEE.

2- Objetivos

Tendo como norte todo patamar acima, esta pesquisa apresenta como objetivos:

- Investigar, por meio da legislação e literatura disponível, quais os processos para formar o professor na modalidade de formação contínua para atender aos objetivos e princípios de uma Educação Inclusiva, no viés do Atendimento Educacional Especializado;
- Discutir e Partilhar saberes que permeiam práticas de formação contínua para os professores do AEE e experiências vivenciadas nas salas de aulas do Atendimento educacional Especializado, bem como fora dela em espaços educacionais, em especial na escola, para alunos com deficiência, tendo como base a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008);
- Contribuir para a reflexão a cerca de práticas de formação para os professores do Atendimento Educacional especializado (AEE) envolvendo deficiência intelectual-em vários estágios, inclusive alunos com autismo, Transtornos Globais de Desenvolvimento; visual (baixa visão) , auditiva, física e múltiplas, procurando por meio da formação contínua dos professores do AEE promover processos inclusivos de maior qualidade.

Nas últimas décadas, as demandas sociais exigem um professor que saiba

lidar com as diferenças, valorizar as mesmas e que trabalhe num contexto inclusivo.

Há, portanto, que se concorde com a autora:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 2003).

Saber trabalhar com as diferenças, respeitando ritmos, faixas etárias e possibilidades individuais, faz a diferença :

Em minha escola (X), recebo todo apoio necessário para um bom desenvolvimento aos (21), vinte e um alunos que compõem a sala do A.E.E, onde atendo alunos de 2 escolas-X e Y. Venho realizando um trabalho diversificado já que atendo varias faixas etárias e dificuldades e deficiências diversas (SUJEITO D)

Há que se condizer com Mantoan e com o sujeito D, uma vez que o respeito à individualidade, às diferenças, aos ritmos de aprendizagem, é fundamental.

Ferreira (2003), também contribui para a compreensão da escola para todos.

“A educação de qualidade para TODOS” é um novo paradigma, de pensamento e de ação, no sentido de ter como “ideal” uma sociedade na qual a diversidade seja mais norma do que exceção. O desafio é estender essa proposta a um número cada vez maior de crianças, escolas e comunidades, com o principal propósito de facilitar e contribuir para a aprendizagem de TODOS. Quando as escolas não excluírem mais ninguém, independentemente de suas condições físicas, psíquicas, econômicas e outras, a diversidade será respeitada e promovida como um valor na sociedade, com resultados visíveis de solidariedade e de cooperação [...]. (FERREIRA, 2003, p. 44- 45).

Para que a escola deixe de excluir os alunos e grupos que não se encaixam nos padrões normativos dela, é preciso que a mesma seja refletida sob o enfoque de mudanças internas e externas, que recaia também numa reflexão sobre como o professor está sendo formado.

Nós já tínhamos alunos matriculados com déficit cognitivo tendo a sala de Atendimento Educacional Especializado como apoio. Recebemos alunos com deficiências múltiplas, Mariazinha, com Transtorno Global do Desenvolvimento-deficiências múltiplas e Joazinho com autismo, entre outros. Pensamos que ele deveria ser matriculado no 2º ano, mas a supervisora Rosinha nos explicou que como ele nunca havia frequentado o ensino regular ele deveria ser matriculado no 1º ano. Meu Deus, que susto, pois os alunos do primeiro ano quase na sua maioria tem seis anos. Como seria isso? Como colocar tudo em prática? Eu só conhecia a teoria. Inicialmente tanto o Joãozinho quanto os colegas, estavam estranhando a situação. O Joãozinho balbuciou o tempo todo, cheirava a cabeça das crianças (o Paulinho se assustou chegando a ficar debaixo da cadeira) batia os braços enquanto os alunos percebiam tudo e não entediavam nada. A professora com muito carinho começou a ler para os alunos histórias sobre as diferenças das pessoas, sobre o respeito a essas diferenças e conversar da importância deles aceitarem o diferente (SUJEITO H)

Mediante relato do Sujeito H, pode-se perceber que a escola começa a compreender que mesmo a muitos obstáculos e desafios, é necessário matricular todos os alunos, independentemente de sua condição ou estado e cabe, a ela adequar-se atendendo a legislação vigente.

Para melhor elucidar sobre a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), é necessário evidenciar que a mesma tem como objetivo:

o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP,2007).

Para que sejam promovidas respostas às necessidades a contento, o objetivo acima precisa garantir , inclusive, o AEE , também, a formação de professores para o mesmo Atendimento e demais profissionais da educação para a inclusão escolar.

Faz-se necessário, ainda, esclarecer quem são os alunos que têm direito ao AEE, segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP,2007);

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses aluno (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP, 2007).

O AEE, segundo a referida Política deve ser oferecido preferencialmente na rede regular; não substitui o ensino comum e nem se confunde com projetos escolares voltados para as tarefas e reforço escolares ou correlatos. Ele deve ser complementar ou suplementar ao ensino regular, permeado pelos recursos e serviços e apoio de acessibilidade às especificidades de cada deficiência.

Complementando, é importante ressaltar que a função do AEE é:

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos

com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, MEC/SEESP, 2007).

Ao professor do AEE , conforme , legislação e teorias vigentes, é esperado , entre outras tarefas , a de garantir a acessibilidade para os alunos com deficiência (s) , por meio de serviços, apoio e recursos para que estes possam desenvolver competência, habilidades , posturas e atitudes que revelem sua autonomia e independência dentro e fora do ambiente escolar. Não parece tarefa muito simples formar professores para atender satisfatoriamente tais demandas, porém não é impossível. A Rede Municipal de Andradina tem perseguido determinadamente alcançar a formação para atender a todos os alunos.

sinto em constante aprendizagem, pois acolhemos várias deficiências. O trabalho é voltado na ludicidade e diversificado proporcionando meios para que o aluno possa desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem o aprendizado na aula regular (SUJEITO A)

Faz-se relevante acatar o relato do Sujeito A e compreender que querer aprender para atender como se pede , significa reunir os mais variados recursos, serviços e instrumentos didáticos- pedagógicos de acessibilidade para todos em todos os espaços escolares .

Pode-se contar com Santos (2010), para melhor compreender, nesta pesquisa, a necessidade das mudanças na escola;

Cada escola, ao abraçar esse trabalho, terá de encontrar soluções próprias para os seus problemas. As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico - PPP e vividas a partir de uma gestão escolar democrática (SANTOS apud RAPOLI, p.11 e 14, 2010)

Continua a pesquisadora: “o salto da escola dos diferentes para a escola das diferenças demanda conhecimento, determinação, decisão” (SANTOS apud RAPOLI, p.11 e 14, 2010).

Fonseca (1995) ressalta que “o ser humano pode modificar-se por efeitos da educação e, ao mudar sua estrutura de informação, formação e transformação, pode adquirir novas possibilidades e novas capacidades” (FONSECA apud FERREIRA, 2003, p. 43). Nesse sentido, é imprescindível fazer valer esses direitos para todas as pessoas.

Tenho 13 alunos com D.I, trabalho com horários estipulados durante a semana. Com cada criança, tenho uma atividade diversificada, todos gostam da sala do A.E.E. Procuro deixar a sala com ambiente alegre e bem decorada. Estou sempre procurando aprender cada vez mais sobre a inclusão e sempre conto com ajuda dos professores da minha escola, onde não me sinto sozinha nesse trabalho. A cada dia que passa, eles adquiriram uma grande confiança em mim, desabafando sobre suas vidas e relatando assuntos surpreendentes. (SUJEITO C)

Pelo relato do Sujeito (C), percebe-se, que o determinismo e a decisão, bem como a busca contínua pelo. Estes tributos, também são princípios da Inclusão Escolar, em especial do AEE .

A mudança requer uma outra formação docente, aquela em que valoriza todas as pessoas, considerando possibilidades únicas. Precisa mudar a cultura que se vive na escola, as formas e os processos de conhecer, aprender, ensinar, avaliar, investigar e de formar.

A aluna Laurinha esta numa fase difícil de adaptação dá deficiência visual pois até estão era vidente, tendo visão normal, com a perda da visão um novo mundo não visual se descortinou e Laurinha está reaprendendo ler e escrever e encontrar a melhor forma de aprender e de ver sem contemplar o mundo das formas e das cores , mas ver com o coração, acessibilidade, o pensamento a audição e o tato. Percebo que quando o professor é sensível e possui alma de pesquisador a inclusão do aluno e muito positiva e o intercambio entre mim e elas ajudam no sucesso da qualidade educacional (SUJEITO G)

Nota-se pelo relato acima, que quando o professor é sensível e tem alma de pesquisador, a inclusão é possível, até mesmo quando o aluno não se aceita com a deficiência.

É fundamental que se entenda com Ferreira (2003) que “para considerar uma proposta de escola inclusiva, é preciso pensar como os professores devem ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa” (FERREIRA, 2003, p. 118).

Para o Sujeito (E):

A inclusão é o caminho, a oportunidade para que todos nós aprendamos a conviver e a respeitar as diferenças do outro .As dúvidas iniciais foram : será que vou conseguir como ajudá-lo, intrigá-lo, conviver com os colegas ,escola .Está sendo desafiante,uma experiência muito rica ,quando você que seu trabalho está dando certo ,uma sementinha que você vai regando a cada dia é maravilhoso. Incluir é mais que inserir, é interagir é contribuir (SUJEITO E)

Merece destaque especial a frase acima “Incluir é mais que inserir, é interagir é contribuir”.Suponha -se que este sujeito já tenha uma concepção mais clara do que seja incluir.

Segundo Santos (2010), para atuar no AEE, a formação de professores do AEE consiste em um dos objetivos do Projeto Político Pedagógico-PPP.

os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de

especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos (SANTOS e RAPOLI, p.11 e 14, 2010).

Pode entender pelo relato do Sujeito (F), que se faz necessário ter a consciência de que a inclusão escolar não irá ocorrer de uma hora para a outra e que com passos muito lentos, com muitos erros que poderão servir de ponte para o sucesso do aluno, a médio e longo tempo; é preciso aprender sempre.

Temos que ter em mente que é um caminhar de formiguinhas muito lento, mesmo com as dificuldades de cada um, ainda iremos errar muito com essas crianças, mas é errando que iremos aprender muito e assim um dia poder assistir de longe o sucesso de nossos alunos lá fora. Eu como professora do A.E.E, vejo a escola como espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas idéias livremente e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Como tudo é novo para todos, me vejo em um contínuo aprendizado (SUJEITO F)

À gestão escolar compete implementar ações que garantam a formação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas unidades de ensino. Ela pode se dar por meio de palestras informativas e formações em nível de aperfeiçoamento e especialização para os professores que atuam ou atuarão no AEE, como prevê a Política Nacional da Educação Especial (2008). É necessário ressaltar, ainda, que o professor do AEE deve ser formado para trabalhar sempre em equipe com o professor da sala regular, família, comunidade e demais pessoas envolvidas na educação.

Desta forma, os Sujeitos (B) e (H), contribuem para melhor compreender a importância desse trabalho em equipe e parceria:

O meu trabalho no A.E.E. é gratificante, pois vejo o envolvimento das crianças nas atividades. O intercâmbio com os outros professores faz com que eu esteja sempre adaptando atividades necessárias. As professoras da sala regular estão sempre questionando sobre atividades pois existe progressos de seus alunos". (SUJEITO B)

Uma aluna como a Mariazinha, que se exige cuidados específicos, deverá ter especialista dentro da Unidade Escolar para atendê-la, quando fosse necessário. Talvez isso demore a acontecer, mas algo que precisa ser pensado (e concretizado) já que a inclusão é uma realidade que agora faz parte do universo escolar (SUJEITO H)

Continuando o Sujeito (H) , enaltece esse trabalho, quando coopera :

Li muito conversei muito com a mãe. Chamava-me atenção o Joãozinho participar da rotina escolar, querer fazer as atividades. Essa experiência até o dia de hoje, nos ensinou muita coisa, mas um dos maiores constatações é que a inclusão é uma realidade... Difícil, mas uma realidade. E que o trabalho de equipe que acontece em nossa escola faz toda a diferença (SUJEITO H)

Buscando, portanto, atender a toda legislação vigente, necessidades e reivindicações dos sujeitos da pesquisa e dos demais atores da escola, é que a Secretaria da Educação Municipal de Andradina tem planejado suas ações no que tange a formação contínua em serviço ou em outros horários para os professores do AEE e equipe gestora.

3 – Procedimentos Metodológicos

A Secretaria Municipal de Educação de Andradina é composta de sete Polos de ensino, no total de aproximadamente 4073 alunos, distribuídos nas modalidades da Educação Infantil- CEI's, EMEI's, EMEF's e EJA e com a previsão de uma das Escolas, vir a ser Escola de Tempo Integral em 2012. Atende uma demanda de aproximadamente 130 alunos com deficiência (s), a maioria com laudos de deficiência intelectual, onde 90 destes freqüentam regularmente o AEE- conforme deficiência (s) apresentada (s). Os sete professores foram submetidos a um processo seletivo para ingressar na rede, conforme o edital. Conta com sete salas do AEE, que funcionam nas escolas sede, somente uma escola-polo ainda não possui a sala do AEE, devido falta de espaço físico, mas com sala prevista para o ano de 2012. As salas se encontram em processo de adequação e são equipadas com muitos materiais condizentes para o aluno com deficiência (s) , bem como, com algumas tecnologias assistivas, disponíveis. Os alunos que possuem deficiência(s) que necessitam de apoio pervasivo, contam, também com um professor de apoio, contratado pela Secretaria da Educação. A Educação Municipal, conta, ainda, com o CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado –1 psicopedagoga, 2 psicólogas e uma fonoaudióloga que atende prioritariamente os alunos com deficiência (s).

3.1-Sobre a pesquisa

O estudo que aqui se apresenta, identifica-se com os princípios da pesquisa qualitativa, pelo viés das pesquisas bibliográficas e de campo, que prima pela qualidade e fidedignidade dos resultados. Segundo Chizzotti, “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

Tem como sujeitos os sete professores do AEE de seis Pólos de Ensino da Rede Municipal de Andradina e uma professora Coordenadora da EMEF de uma das

escolas que apresenta os casos mais profundos de alunos com deficiência(s). Selecionados de forma proposital, uma vez que são eles que necessitam ser formados para o AEE, a priori.

Acontece pela observação e intervenção durante os encontros de formação contínua em serviço na maioria das vezes, proporcionados pelo Supervisor de Ensino responsável pela pasta da Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no ambiente presencial, e também, nas visitas sistemáticas realizadas pelo mesmo supervisor em loco para supervisão e acompanhamento do AEE, segundo a Resolução da SME nº 85/2010.

Utiliza para a coleta de dados, diversos instrumentos: pesquisa bibliográfica, roda de conversas, relatos de experiências, palestras, oficinas, estudos de caso (s), amostragem de materiais como por exemplo os portfólios, cadernos de registros dos professores e de outros, sugestões propostas pelo grupo, conversas com as crianças, professores da sala regular, professores do AEE, equipe gestora, funcionários, professores de apoio, pais e comunidade escolar em geral e intervenções quando se fizerem necessárias.

3.2- Análise dos dados

Este trabalho, em especial, conta com alguns relatos escritos pelos sujeitos que atuam com a inclusão escolar, no AEE. Os Sujeitos têm, aqui, os seus nomes resguardados e são representados pelas nomenclaturas: SUJEITO A, SUJEITO B, SUJEITO C, SUJEITO D, SUJEITO E, SUJEITO F, SUJEITO G E SUJEITO H, este último representado pela professora coordenadora. Os nomes das Escolas e dos alunos, também são fictícios.

Optou-se pela realização de relatos por escrito. Contou-se com a participação e contribuição dos Sujeitos (A,B,C,D,E,F,G e H) que foram questionados a partir da questão: “O que significa para vocês o trabalho com a inclusão escolar, em especial com o AEE”? O questionamento fora feito aos sujeitos em uma das últimas visitas, pelo Supervisor de Ensino responsável pela pasta da Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na S.M.E , nas escolas, quando também fora solicitado que a resposta fosse em forma de relato por escrito. Após uma semana, todos os relatos, já se encontravam com o pesquisador, para análise categorial. Os relatos foram transcritos na íntegra e apresentados de forma articulada com as discussões resultantes da pesquisa teórica, de acordo com as categorias de sentido que mais se aproximavam do conteúdo apresentado.

4 – Resultados

Mesmo que parciais e incipientes, apontam para desafios a sempre superados por meio de problemas de várias ordens oriundas do espaço escolar e de fora dele, porém, apontam muito mais para experiências de sucesso que se voltam para mudanças significativas, mesmo que gradativas, no processo de inclusão escolar. Os mesmos, em parte, confirmam a relevância de se pensar a formação do professor sob a égide da legislação e das teorias aqui trazidas. Conforme relatos acima e de demais resultados obtidos pela coleta dos instrumentos supracitados, alguns avanços já se tem alcançado, por meio da formação contínua, no que diz respeito à inclusão escolar e mais especificamente ao AEE,.

5 – Conclusões

Mesmo com resultados bastante otimistas e significativos, fica claro, que a busca pelo conhecimento teórico/prático, deve ser uma constante na formação contínua dos professores e gestores para a atuação no AEE. O que se propunha é a continuidade da formação dos professores do AEE, mas que esta seja estendida aos demais profissionais da educação, por meio dos instrumentos aqui trazidos e de outros, para que todos possam abraçar com propriedade a causa pela Inclusão Escolar. É importante ressaltar que o trabalho do professor do AEE deverá contar, sempre, com a parceria de todos os envolvidos direta ou indiretamente na educação do aluno, viabilizada, inclusive pela intersetorialidade de um trabalho em equipe que resguarda a especificidade de cada setor e segmento. Sem dúvida o apoio técnico, financeiro do governo em todas as esferas – Federal Estadual e Municipal - é imprescindível.

São muitas as barreiras a serem superadas para que a Inclusão Escolar aconteça no cotidiano das salas de aula e também fora dela.. Porém, é preciso ousar e acreditar, para poder superá-las, a partir da formação contínua do professor. Os desafios estão postos, cabe a todos, superá-los.

6- Referências

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo: Editora Saraiva 1988.

BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Lei nº 8069/90, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** , Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Projeto de Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995. FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão Escolar: O que é, Por que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto No 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 13 de Outubro de 2011.

PIMENTA. S. G.; GHEDIN. E. (Org). **Professor Reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** : a escola comum inclusiva /Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.]. - Brasília :Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

PARECER **CNE/CEB nº 13/2009**, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 24 de setembro de 2009.

RESOLUÇÃO SME nº. 85/2010. Dispõe sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais e institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica da rede pública municipal de Andradina, na modalidade Educação Especial.

SOUZA, I.L.G. **A Formação do professor numa Prespectiva Lúdico-inclusiva: Uma Realidade Possível?** DISSERTAÇÃO (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de são Paulo- UNESP- Presidente Prudente-S.P - -2007

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. disponível em www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/htm. Acesso em 14 Outubro de 2011.